

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.821.284 - SC (2019/0172119-8)

RELATOR : **MINISTRO OG FERNANDES**
RECORRENTE : CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO
DE SANTA CATARINA - CRC/SC
ADVOGADO : MELISSA DA SILVA TOMAZ - SC024325
RECORRIDO : CELIO VIEIRA FILHO
ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de recurso especial interposto por Conselho Regional de Contabilidade do Estado de Santa Catarina - CRC/SC, com fundamento nas alíneas "a" e "c" e do inciso III do art. 105 da CF/1988, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região assim ementado (e-STJ, fl. 70):

TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÕES DO INTERESSE DE CATEGORIA PROFISSIONAL, ANUIDADES. CONSELHO DE FISCALIZAÇÃO PROFISSIONAL. LANÇAMENTO, NOTIFICAÇÃO.

O lançamento das contribuições do interesse de categoria profissional, as anuidades, pode se dar na forma do lançamento simplificado, bastando para esse efeito envio de notificação ao contribuinte que indique o valor da contribuição lançado, a data limite para defesa, e a data limite para pagamento. Precedentes.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados.

Alega o recorrente a existência de violação dos arts. 202 do CTN; 2º, § 5º, e 41 da Lei n. 6.830/1980. Argumenta que deveria ter sido oportunizada a possibilidade de alteração da CDA antes da extinção processo.

Sustenta que a presunção de certeza e de liquidez da CDA transfere o ônus probatório ao executado.

Foram apresentadas contrarrazões (e-STJ, 266-274).

Admitido o recurso especial na origem (e-STJ, fls. 332-334), subiram os autos a esta Corte de Justiça.

É o relatório.

Da análise do voto condutor do acórdão, observa-se que os arts. 202 do CTN; 2º, § 5º, e 41 da Lei n. 6.830/1980 não foram objeto de debate e deliberação pela Corte de origem, mesmo com a oposição dos embargos de declaração, o que redundava em ausência de prequestionamento da matéria, aplicando-se, ao caso, a orientação firmada na Súmula 211/STJ (Inadmissível recurso especial quanto à questão que, a despeito da oposição de embargos declaratórios, não foi apreciada pelo Tribunal *a quo*).

A propósito:

TRIBUTÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. CONTRIBUIÇÃO

Superior Tribunal de Justiça

PREVIDENCIÁRIA. INCIDÊNCIA. REMUNERAÇÃO DOS EMPREGADOS. AUSÊNCIA DE OMISSÃO, ART. 535, II, DO CPC. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211 DO STJ.

1. Não se configura a ofensa ao art. 535 do Código de Processo Civil, uma vez que o Tribunal *a quo* julgou integralmente a lide e solucionou a controvérsia, tal como lhe foi apresentada.

2. A indicada afronta do art. 458 do CPC não pode ser analisada, pois o Tribunal de origem não emitiu juízo de valor sobre esse dispositivo legal. O Superior Tribunal de Justiça entende ser inviável o conhecimento do Recurso Especial quando os artigos tidos por violados não foram apreciados pelo Tribunal I, a despeito da oposição de Embargos de Declaração, haja vista a ausência do requisito do prequestionamento. Incide, na espécie, a Súmula 211/STJ.

[...]

4. Recurso Especial parcialmente conhecido e, nessa parte, não provido.

(REsp 1.583.885/DF, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 19/5/2016, DJe 1º/6/2016)

No mais, inaplicável o art. 1.025 do CPC/2015 ao caso, uma vez que esta Casa de Justiça possui a orientação de que "a admissão de prequestionamento ficto, em recurso especial, exige que no mesmo apelo seja indicada violação ao art. 1.022 do CPC/2015, providência não adotada pelo recorrente, para que se possibilite ao Órgão julgador verificar a existência do vício inquinado ao acórdão, que uma vez constatado, poderá dar ensejo à supressão de grau facultada pelo dispositivo de lei" (REsp 1.639.314/MG, Rel. Min. Nancy Andrighi, Terceira Turma, DJe 10/4/2017).

Frise-se que a ausência de prequestionamento impede, do mesmo modo, o conhecimento da via especial também pela alínea "c" do permissivo constitucional.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. IPVA. EMBARGOS À EXECUÇÃO. ARTIGOS 110 E 130 DO CTN. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211/STJ. ACÓRDÃO A QUO FUNDADO NA ANÁLISE DE LEI LOCAL. SÚMULA 280/STF. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. ANÁLISE PREJUDICADA.

1. A apontada afronta aos artigos 110 e 130 do CTN ressurte-se do devido prequestionamento, já que sobre tais normas não houve emissão de juízo pelo acórdão recorrido, a despeito da oposição de embargos declaratórios, o que atrai a incidência da Súmula 211/STJ.

2. O Tribunal de origem rechaçou a ilegitimidade passiva da agravante amparando-se nas disposições da Lei 8.115/85 do Estado do Rio Grande do Sul, de modo que a desconstituição do acórdão a quo encontra óbice na Súmula 280/STF.

3. Os mesmos óbices impostos à admissão do Recurso Especial pela alínea "a" do permissivo constitucional - incidência das Súmulas 211/STJ e

Superior Tribunal de Justiça

280/STF - obsta a análise recursal pela alínea "c", restando o dissídio jurisprudencial prejudicado.

4. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp 564.799/RS, Rel. Min. BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 20/8/2015, DJe 1º/9/2015)

Ademais, eventual exame da validade da CDA demandaria o revolvimento do seu próprio conteúdo, o que é inviável em recurso especial, em virtude da incidência da Súmula 7/STJ.

No ponto:

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. DISCUSSÃO ACERCA DOS REQUISITOS DE VALIDADE DA CDA. REEXAME DO CONTEXTO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. ALEGAÇÃO DE VALOR IRRISÓRIO. PEDIDO DE MAJORAÇÃO. CONTEXTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. REVISÃO. SÚMULA 7/STJ.

1. O Superior Tribunal de Justiça possui a orientação de que a verificação da iliquidez e incerteza da Certidão de Dívida Ativa - CDA, bem como do suposto não preenchimento dos seus requisitos de validade, demanda o reexame do contexto fático-probatório dos autos, o que é vedado pela Súmula 7/STJ.

[...]

11. Recurso Especial da Fazenda Nacional não conhecido e Recurso Especial da Mondelez Brasil Ltda. não provido.

(REsp 1.756.347/CE, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe 23/4/2019)

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, III, do CPC/2015, não conheço do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

Ministro Og Fernandes
Relator